

ESPELHO DE CORREÇÃO INDIVIDUAL - PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL RESULTADO DEFINITIVO

Descrição do exame

XIII EXAME DE ORDEM UNIFICADO

Inscrição 421004644	Nome do Examinando Cristiane Lucia Cota		
Seccional OAB / MG	Área jurídica da prova prático profissional DIREITO PENAL	Nota Final 9,45	Situação APROVADO

DIREITO PENAL - PEÇA

QUESITO AVALIADO *	FAIXA DE VALORES	ATENDIMENTO AO QUESITO
1) Endereçamento da petição de interposição: Juiz de Direito da ___ Vara Criminal da Comarca ___	0,00 / 0,20	0,20
2) Fundamento legal da petição de interposição: artigo 593, I do CPP.	0,00 / 0,30	0,30
3) Data: 03/09/2013 Obs.: É necessária a data correta na petição de interposição.	0,00 / 0,25	0,25
4) Endereçamento das razões: Tribunal de Justiça do Estado ___	0,00 / 0,20	0,20
5.1) Da aplicação do princípio da consunção ou absorção (0,30): O crime de violação de domicílio deve ser absorvido pelo delito de furto qualificado, pois configurou um crime-meio, essencial à execução do crime-fim, que era o furto qualificado. Assim, deve ser excluída a condenação pelo delito de violação de domicílio, restando, apenas, o delito de furto qualificado (0,50).	0,00 / 0,30 / 0,50 / 0,80	0,80
5.2.a) Da inaplicabilidade da reincidência: Não há que se falar em reincidência (0,30), nos termos do artigo 63, do CP (0,10). Obs. A mera indicação de artigo não será pontuada.	0,00 / 0,30 / 0,40	0,30
5.2.b) O delito em análise não foi praticado após o trânsito em julgado de condenação anterior. Uma sentença condenatória recorrível não tem o condão de gerar reincidência (0,25).	0,00 / 0,25	0,25
5.3) Da consequente diminuição de pena: Levando em conta o afastamento do delito de violação de domicílio, bem como o afastamento da circunstância agravante da reincidência, o réu fará jus à diminuição da pena (0,30)	0,00 / 0,30	0,30
5.4) Da consequente fixação de regime aberto: Levando em conta o afastamento do delito de violação de domicílio, bem como o afastamento da circunstância agravante da reincidência, o réu fará jus à modificação de seu regime de cumprimento, passando do semiaberto para o aberto (0,25), nos termos do artigo 33, § 2º, c, do CP (0,15). Obs. A mera indicação de artigo não será pontuada e a indicação do regime aberto é essencial para atribuição de pontos.	0,00 / 0,25 / 0,40	0,40

5.5) Da consequente possibilidade de substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos: Levando em conta o afastamento da reincidência, verifica-se que o réu faz jus à substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos (0,25), nos termos do artigo 44, do CP (0,15). Obs. A mera indicação de artigo não será pontuada.	0,00 / 0,25 / 0,40	0,40
6) Pedido: a) Absolvição do crime de violação de domicílio OU Absolvição nos termos do art. 386, III, do CPP (0,25);	0,00 / 0,25	0,00
b) Afastamento da circunstância agravante da reincidência (0,25);	0,00 / 0,25	0,25
c) Consequente diminuição da pena (0,25);	0,00 / 0,25	0,25
d) Consequente fixação do regime aberto para cumprimento de pena (0,25);	0,00 / 0,25	0,25
e) Substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos (0,25).	0,00 / 0,25	0,25
7) Estrutura: duas petições (interposição e razões); colocação de endereçamento nas petições; oposição de local, data, assinatura (0,25)	0,00 / 0,25	0,25
TOTAL		4,65

DIREITO PENAL - QUESTÃO 1

QUESITO AVALIADO *	FAIXA DE VALORES	ATENDIMENTO AO QUESITO
A) Não, pois o delito de corrupção ativa, da maneira como foi narrado, não admite a modalidade tentada. (0,30) / Ademais, como sequer houve a prática de qualquer das condutas descritas no tipo penal, o fato é atípico. (0,40) OU Não, pois o agente não iniciou a execução do delito objetivado. (0,30) / Inclusive, como sequer houve a prática de qualquer das condutas descritas no tipo penal, o fato é atípico. (0,40)	0,00 / 0,30 / 0,40 / 0,70	0,70
B) Não, pois nessa hipótese a conduta não está prevista no tipo penal. (0,55) OU Não, pois nessa hipótese a conduta é atípica. (0,55)	0,00 / 0,55	0,55
TOTAL		1,25

DIREITO PENAL - QUESTÃO 2

QUESITO AVALIADO *	FAIXA DE VALORES	ATENDIMENTO AO QUESITO
A) Sim, porque a subtração foi completa, já que a res furtiva foi encontrada na bolsa de Antônio, havendo perda da disponibilidade por parte do proprietário do bem subtraído (0,40).	0,00 / 0,40	0,40
B) Antônio tem direito ao reconhecimento do furto privilegiado (0,65), conforme o artigo 155, § 2º do CP (0,20). Obs.: A simples menção do dispositivo legal não pontua.	0,00 / 0,65 / 0,85	0,85
TOTAL		1,25

DIREITO PENAL - QUESTÃO 3

QUESITO AVALIADO *	FAIXA DE VALORES	ATENDIMENTO AO QUESITO
A competência é da Justiça Estadual (0,85), conforme preceitua a Súmula 192 do STJ (0,40). Obs.: a mera indicação da Súmula não pontua.	0,00 / 0,85 / 1,25	1,25
TOTAL		1,25

DIREITO PENAL - QUESTÃO 4

QUESITO AVALIADO *	FAIXA DE VALORES	ATENDIMENTO AO QUESITO
A) Cabe impugnação ao regime fechado, pois o STF reconheceu a inconstitucionalidade da norma (0,60). Obs.: A justificativa é essencial para a atribuição de pontos.	0,00 / 0,60	0,60
B) É possível a conversão da pena privativa de liberdade em pena restritiva de direitos no tráfico-privilegiado, pois o STF reconheceu a inconstitucionalidade da norma. (0,45), desde que o réu preencha os requisitos do artigo 44 do CP (0,20). Obs.: A justificativa é essencial para a atribuição de pontos.	0,00 / 0,20 / 0,45 / 0,65	0,45
TOTAL		1,05

* Esclarecemos que os conteúdos da coluna "quesito avaliado" do espelho de correção individual constituem somente um indicativo dos critérios adotados para a avaliação da prova prático-profissional. Em caso de dúvida, o examinando poderá encontrar maiores detalhes no gabarito